

SPN30

*Sindicato dos Professores do Norte
30º aniversário*



*Anos 80/90:
afirmação de um sindicalismo vivo e atuante
em contexto de grandes avanços (LBSE e ECD)*

Há 30 anos foi assim

Há 30 anos, curiosamente por esta altura, discutia-se sindicalismo no Norte do país. O que tínhamos e o que deveríamos ter. As opiniões dividiam-se e a grande discussão girava em torno do papel que o único sindicato existente, o Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN), desempenhava.

A revolução de abril fora há oito anos, as expectativas dos professores e o entusiasmo manifestado na formação do sindicato desvanecera-se; a enorme taxa de sindicalização registada nos primeiros anos de liberdade regredia de forma assustadora. Nos cinco anos que antecederam esta fase, o sindicato seguira uma corrente que se reclamava do 'reformismo sindical'. Manuela Teixeira era o rosto.

Os governos da época, e as respetivas equipas da Educação, provinham da mesma área política, dita social-democracia. Os professores tinham acabado de atravessar um período muito difícil, marcado pelo consulado de Vítor Crespo, em que a classe docente foi bastante maltratada e não podia contar com o sindicato, que parecia mais preocupado em amortecer o impacto das medidas tomadas do que em defender os interesses da classe.

À época, não existiam federações sindicais; as posições que se apresentavam ao governo resultavam da concertação possível entre os sindicatos regionais existentes. Concertação difícil, uma vez que os diferentes sindicatos não partilhavam identificação ideológica e, naturalmente, encaravam as políticas educativas de maneira diferente. O contexto político-sindical não era fácil, pelo contrário! Com muitas contradições e diferentes e conflituantes ângulos de análise, exigia independência de pensamento e capacidade reivindicativa, que a Norte cada vez menos se vislumbra. No fundo, exigiam-se mudanças no papel que alguns sindicatos desempenhavam e a questão central era analisar e encontrar estratégias para que essas mudanças acontecessem.

Os sindicatos estavam organicamente estruturados em princípios democráticos, pelo que as eleições deveriam ser a sede própria para os descontentes e os opositores à orientação sindical fazerem valer os seus argumentos. No SPZN, os mandatos eram de dois anos e era habitual a existência de duas listas (por vezes três) em cada ato eleitoral. 1982 foi ano de eleições, fortemente contestadas pela lista opositora à de Manuela Teixeira, por vários e justificados motivos. Desde logo, a votação foi impugnada pela Lista B (designada como B apesar de ser a primeira a ser entregue à Comissão Eleitoral, o que diz bem dos métodos a que recorria a direção em funções) e, sendo-lhe conferida razão, o ato eleitoral seria repetido. No entanto, perante o

rol de arbitrariedades e ilegalidades processuais registadas, a Lista B acabaria por desistir.

Irregularidades extremam posições

Como desistir de concorrer não significa desistir de lutar, no seio do sindicato foi, então, criada uma Comissão de Professores para a Defesa da Democracia Sindical (CPDDS) que, num documento referente a uma reunião que realizou a 9 de julho, começava por constatar a vitória da direção no processo eleitoral concluído a 30 de junho, "após seis longos meses", pois, "concorrendo na condição de lista única, a direção do SPZN impôs a sua auto-eleição, recolhendo o voto de 10% dos professores da Zona Norte". Isto apesar de a "Comissão Eleitoral não ter promovido a divulgação dos resultados". Nestes termos nem era necessária qualquer divulgação!

Perante tal facto, os professores reunidos manifestam as mais sérias preocupações perante o que "começa a ser tradicional no SPZN, desde que é dirigido pela equipa encabeçada por Manuela Teixeira", que é a repetição dos atos eleitorais, os "cadernos eleitorais viciados, os Estatutos e Regulamento, e a própria lei, desrespeitados". Para esse grupo de associados, "as irregularidades sucederam-se, o tratamento parcial e o favoritismo instalaram-se no Sindicato, destruindo a legitimidade e isenção do acto eleitoral". Mais adiante, e perante a constatação de que "todos os protestos, reclamações e recursos apresentados foram recusados", recorria-se a uma metáfora desportiva, denunciando que no SPZN "o árbitro não é só a favor da equipa da casa, ele próprio é a equipa da casa!"

Não surpreende, pois, que num contexto tão complexo e conflitual, as posições se fossem extremando e um número cada vez maior de professores se fosse dando conta de quão difícil era enfrentar uma direção que já não era mais do que um pequeno grupo apegado ao poder e disposto a tudo para o manter. Bastava a esse grupo crescente constatar que em três processos eleitorais consecutivos, Manuela Teixeira registara 62% na primeira eleição e 48% na seguinte e confrontá-los com os 10% no mais recente ato eleitoral. Daí se concluía da erosão a que estava a ser sujeita a direção, agora impossível de ocultar, da galo-

pante perda de prestígio e do crescente afastamento dos princípios democráticos pelos quais se deveria reger uma organização sindical.

Construir uma nova vida sindical

O documento da CPDDS concluiu: “É urgente encontrar uma saída, é urgente preencher este vazio. As movimentações registadas ao longo do ano lectivo que agora termina e os próprios resultados eleitorais mostram que há vontade, condições, meios, possibilidades e energias suficientes para que de novo os professores construam o seu sindicato profissional, combativo, plural e participado, uma capaz e verdadeira associação de classe de todos os professores, onde todos e cada um se reconheçam e participem, num clima tolerante e democrático que respeite os direitos e opiniões dos professores”. Estava definitivamente criada a “ruptura” (semanário Expresso, 31 de julho) e lançado o repto aos professores para se unirem em torno da Lista B, na concretização de um projeto sindical que fosse a antítese do sindicalismo da direcção do SPZN.

Intitulado ‘Proposta de reflexão aos sócios do SPZN’, o documento propunha a realização, “desde já e por todo o lado”, de um “debate enriquecedor”, uma discussão “aberta e sem discriminações”, onde, a partir da “reflexão comum”, se envolva e mobilize a classe para a definição dos “passos e os caminhos a percorrer na construção dessa nova vida sindical, dessa nova realidade”. A CPDDS propunha-se assumir o compromisso de “promover esse debate, ganhar para ele os professores e culminá-lo através de uma grande Assembleia de Professores a realizar nos princípios do ano lectivo”.

Os dados estavam lançados e a Assembleia foi marcada para a noite de 15 de outubro de 1982, na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, no Porto, sob o lema: *GRANDE REUNIÃO DE PROFESSORES Para debate da actual situação sindical e das medidas a tomar com vista à sua renovação. CONSTRUIR UMA NOVA VIDA SINDICAL.*

Foi uma grande reunião! Em quantidade como em qualidade de participação. O anfiteatro da escola encheu-se, registando uma participação viva e entusiástica dos professores presentes. A ela se referiu a Comissão Instaladora do Sindicato então eleita, no «SPN/Informação» nº 1: *DIA 15: DATA HISTÓRICA PARA OS PROFESSORES DO NORTE.*

No desenvolvimento, lia-se que estiveram presentes mais de 500 professores e que decidiram criar o Sindicato dos Professores do Norte. Decisão que confirmava os dados obtidos pela CPDDS na ampla auscultação que, desde julho, efetuava junto da classe. “Todas as intervenções realizadas apontaram para a necessidade urgente dos docentes possuírem um sindicato representativo, participado, democrático e actuante, verdadeiramente empenhado na defesa dos interesses dos professores”. Um sindicato “plural, reivindicativo, forte, capaz” de organizar os pro-

fessores em “defesa dos seus direitos e para a melhoria do ensino”. A decisão foi tomada por “esmagadora maioria” e avançava os dias 17 e 18 de novembro para a realização da Assembleia Constituinte, terminando com o apelo: *VOTA E PARTICIPA NA CONSTRUÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE - NOS DIAS 17 E 18 VOTA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DO SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE.*

A Assembleia Constituinte foi o culminar de um processo que envolveu os professores do Norte de uma forma que já não era habitual e registou uma adesão inusitada para a época, com cerca de 5.000 professores a participarem na votação e a fazê-lo de forma entusiástica e confiante. Os professores voltaram a acreditar na força do Sindicato, que sugestivamente tinha como lema “a força e a vontade dos professores”.

O que então se passou ficou registado em comunicado da Comissão Directiva acabada de ser eleita, que a seguir se transcreve

Comunicado da Comissão Directiva do Sindicato dos Professores do Norte

1. A Comissão Directiva do Sindicato dos Professores do Norte (S.P.N.) eleita pela quase totalidade dos professores participantes na sua Assembleia Constituinte, regozija-se pela forma como os professores participaram na votação dos dias 17 e 18 de Novembro. Conforme os dados já tornados públicos, votaram cerca de 5.000 professores (...) dos quais 88% se pronunciaram afirmativamente pela constituição do seu sindicato.

Os resultados obtidos são a afirmação determinada e consciente dos professores do Norte, do regresso ao diálogo e convívio plural, e das normas democráticas na actividade sindical docente.

2. A Comissão Directiva do S.P.N. considera oportuno tecer alguns comentários a propósito dos resultados da Assembleia Constituinte do S.P.N.:

- os resultados confirmam a legitimidade da constituição do Sindicato dos Professores do Norte e a desagregação do S.P.Z.N., cujo grupo dirigente foi eleito num processo eivado de profundas e graves irregularidades em 30 de Junho com 3198 votos.

- a forma como os professores rejeitaram o apelo da direcção do S.P.Z.N. à não participação na votação dos dias 17 e 18, põe à evidência o descrédito e o isolamento do S.P.Z.N., e a sua falência como órgão representativo da classe.

3. O Sindicato dos Professores do Norte nasce assim como expressão legítima de um movimento sindical docente vigoroso e combativo, que, de há muito ansiado pelos professores, agora encontra a estrutura que o corporizando irá empenhar-se activamente na resolução dos graves



problemas que hoje se colocam ao exercício da nossa profissão e aos direitos da classe.

4. A Comissão Directiva do S.P.N. manifesta a sua profunda confiança na participação plena dos professores na vida sindical e exorta os colegas a intervirem desde já activamente alargando o caminho da unidade que legitima a acção sindical.

5. A implantação do S.P.N. e a reanimação da vida sindical nas escolas, promovendo: uma grande campanha de sindicalização no S.P.N. e eleição de delegados sindicais; o reajustamento salarial; a melhoria das condições de trabalho e da qualidade de ensino; a iniciação dos preparativos para a realização do Congresso dos Professores do Norte, são pontos programáticos da acção sindical dos professores e do seu sindicato no Norte, o Sindicato dos Professores do Norte (S.P.N.).

[Porto, 19 de Novembro de 1982 - pel'A Comissão Directiva do S.P.N.: Ilídio Adérito Barreiras Fonseca, Ana Maria Brito Jorge, Fernando Leite]

Primeiras eleições e criação da Fenprof

Acabava de nascer o SPN, que começou imediatamente a trabalhar nas escolas, realizando múltiplas reuniões com professores e a eleição dos primeiros delegados sindicais. E logo no dia 2 de dezembro entrega ao então ministro da Educação um documento com reivindicações imediatas da

classe, onde se afirmava que a partir desse momento era com o SPN que o governo deveria contar para as negociações. E cinco dias mais tarde, a direção fez circular um comunicado à população em que explicava o estado da educação. Em termos legais, os estatutos são objeto de despacho ministerial em 12 de janeiro e publicados em abril. Em junho realizam-se as primeiras eleições para a direção e secretariados regionais e em novembro a eleição para o conselho fiscal.

Ainda antes da primeira reunião plenária da comissão diretiva eleita (7 de janeiro), o SPN participa na Reunião Nacional de Sindicatos e pede formalmente a adesão à comissão instaladora da Federação Nacional dos Professores. A última reunião desta comissão realizou-se precisamente no Porto, dias antes do congresso constituinte da Fenprof, de que o SPN se orgulha de ser sócio fundador.

A criação de uma federação apresentava-se como incontornável, pelas razões aduzidas relativamente à concertação na acção, uma vez que aquando da formação dos sindicatos, no pós-25 de Abril, a opção fora pela criação de sindicatos regionais. Assim, a Fenprof teve como sócios fundadores, para além do SPN, os sindicatos dos professores da Região Centro (SPRC), da Grande Lisboa (SPGL), da Zona Sul (SPZS), da Madeira (SPM), da Região Açores (SPRA) e da Europa (SPE, que mais tarde adotaria a designação "do Estrangeiro"). Constituição que se mantém.



Temas e prioridades da ação sindical

Da implementação do SPN à defesa da Escola Pública

Na impossibilidade de inventariar aqui o muito que foi feito a nível organizativo e reivindicativo após a criação do Sindicato dos Professores do Norte, registam-se as principais preocupações e o dinamismo patentes nos sucessivos planos de ação. Apesar de divididos por anos letivos, os temas e as prioridades interpelam-se frequentemente, e muitas matérias arrastam-se ao longo dos anos. O que dá bem a ideia de como as conquistas alcançadas foram difíceis, as decisões bem maturadas e a luta constante uma inevitabilidade.

1982/83. Formado em finais de 1982, a ação do SPN centra-se na sua implementação e na reafirmação da vida sindical nas escolas. Para fazê-lo, a comissão diretiva propõe-se lançar uma campanha de sindicalização, realizar múltiplas e diversificadas reuniões e encontros com os professores e eleger delegados sindicais; a instalação da sede e a abertura de delegações distritais, assim como a preparação para a eleição dos primeiros Corpos Gerentes e o empenhamento na formação de uma federação nacional de professores, são prioridades definidas.

A nível remuneratório, propõe-se lutar por um efetivo reajustamento salarial, exigindo o pagamento dos retroativos das fases, a atualização de remunerações complementares e das pensões e o estabelecimento de um esquema de reformas para os professores do ensino particular. A reestruturação da ADSE e o alargamento do período de maternidade para 4 meses são outras reivindicações.

Numa terceira frente de luta, as preocupações centram-se na melhoria das condições de trabalho e da qualidade do ensino (com início de uma reflexão que conduza ao estudo e definição das carreiras docentes e de uma futura lei de bases) e na estabilidade da profissão docente (com o alargamento dos quadros, dos vínculos definitivos e rediscussão dos concursos).

Exige-se a publicação imediata do decreto que permite a atribuição das fases aos educadores de infância e a reformulação da contagem do tempo de serviço, para além do alargamento da rede pública de jardins de infância. No que toca aos outros setores, há a considerar a elevação da formação profissional, a exigência dos complementos de habilitações para quem deles necessite, a redefinição do horário docente, a extinção do horário triplo e quádruplo no ensino primário, o cumprimento rigoroso do máximo

de 25 alunos por turma, a promoção de debates com vista à revisão dos programas, a defesa da gestão democrática e a implantação de uma autêntica autonomia universitária, a exigência do cumprimento do ECDU e a denúncia da imposição de *numerus clausus* no acesso à universidade, que não tem em conta a realidade do país.

A comissão diretiva propõe-se ar início aos trabalhos preparatórios para a realização do primeiro Congresso dos Professores do Norte.

1983/84. O SPN faz das 20 medidas apresentadas pela Fenprof ao ministro da tutela, José Augusto Seabra, o seu caderno reivindicativo. Destaca-se a exigência da consagração do direito à negociação coletiva, à participação dos professores na definição da política educativa e à negociação das carreiras docentes do ensino não superior e do início de negociações que conduzam à publicação de uma lei de bases. Depois, temos a defesa, e alargamento no caso do ensino primário, da gestão democrática das escolas e da autonomia universitária, através da dignificação dos cargos diretivos.

Setorialmente, assume-se a defesa do desenvolvimento de um modelo público de educação pré-escolar, a renovação da escola primária, a regulamentação do ensino especial, a melhoria das condições de trabalho na escola, a reestruturação do ensino secundário, o desenvolvimento da formação profissional, a reformulação do modelo institucional de desenvolvimento do ensino superior e o desbloqueamento das condições de progressão na carreira dos docentes deste setor, assim como o apoio à inovação e investigação pedagógica. No que respeita ao ensino particular e cooperativo, exige-se a garantia do direito a uma carreira. A defesa de uma formação inicial de elevado nível científico e o reconhecimento do direito à formação em exercício e contínua dos professores é outra das preocupações.

No âmbito da Frente Comum, a defesa do poder de compra, a estabilidade de emprego e a atribuição de condições aos professores deslocados completam o rol das principais reivindicações.

Outras medidas, umas mais imediatas, como a correção das anomalias ocorridas nos concursos, outras mais prolongadas, como a luta dos professores de trabalhos manuais e do 12º grupo, serão igualmente objeto de atenção.

1984/85. O trabalho de preparação para este ano letivo foi feito nos finais do anterior, já que o processo de abertura de ano se apresentava muito complicado, por razões que se prendiam, essencialmente, com a vontade do governo de transferir competências para o poder local. Uma luta que se previa necessariamente forte e determinante. Desde logo, apresenta-se como incontornável a rutura da rede escolar, subdimensionada e superlotada em consequência da massificação do ensino verificado após o 25 de Abril. Depois, sem a correspondente atribuição financeira, as autarquias não se sentem responsáveis por transportes, cantinas e apoios à aquisição de livros e restante material escolar. A tudo isto acresce o apetrechamento e desgaste do equipamento escolar, a reorganização dos espaços escolares, a escassez do pessoal auxiliar e administrativo... A criação de condições de acesso e de sucesso para todas as crianças e jovens, a implementação de uma política de ação social escolar capaz de garantir o direito a um ensino verdadeiramente gratuito, a garantia de que os professores terão direito a uma carreira digna e gratificante, a atribuição de subsídios de deslocação e isolamento para professores e a criação de condições de trabalho dignas, são questões que pontificam na agenda sindical para este ano letivo. Sem esquecer a discussão, e a mais que provável mobilização, em torno de aumentos salariais justos, a continuação da discussão em torno das carreiras docentes do ensino não superior e uma atenta vigilância na defesa dos direitos dos professores, tão ameaçados nos últimos tempos. Depois, temos o processo de revisão salarial e todas as solicitações que forem acontecendo ao longo do ano, como a concretização de velhas e novas reivindicações setoriais e alterações legislativas. A realização do 1º Congresso dos Professores do Norte marcará indelevelmente o ano sindical.

1985/86. A barafunda que caracteriza a abertura do ano letivo deve-se, em parte, ao processo de colocação dos professores, este ano particularmente desastroso, com sucessivos atrasos e anulações das listas. Preocupação central continuará a ser o estatuto da carreira docente do ensino não superior. Simultaneamente, teremos de estar particularmente atentos a um outro debate – o da lei de bases, que conhecerá novos desenvolvimentos. Depois teremos o processo de revisão salarial, absolutamente necessário, porque os professores têm vindo a perder poder de compra, ano após ano, desde 1976 – tarefa que não se afigura fácil, agora que temos o FMI dentro de portas! Esta tendência, que urge inverter, poderá ser feita através do reajustamento de letra, tomando como base de cálculo um valor de topo, a partir do qual os restantes níveis se organizam percentualmente, a que se associa o aumento de número de fases, diminuindo o tempo de permanência em cada uma delas. Se o governo assim fez para as carreiras da função pública, porque não o faz para os professores? É uma questão de justiça!

A formação de professores, nas várias vertentes, assim como a questão da profissionalização e complemento de formação, será outra área a merecer especial atenção. Ao nível da organização sindical, teremos uma campanha de sindicalização, a eleição de delegados sindicais e cursos de formação sindical para os mesmos. Mas o setor que merecerá especial atenção será o ensino primário, com a realização da I Conferência Nacional. E em maio haverá o II Congresso Nacional de Professores, da Fenprof, que constituirá um ponto alto na afirmação da classe docente.

1986/87. Aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo, há que acautelar a sua implementação. Questões como a criação do Conselho Nacional de Educação, a formação do pessoal docente (inicial, contínua e em serviço), os planos curriculares dos ensinos básico e secundário, a formação profissional, o ensino recorrente de adultos, o ensino a distância e o português no estrangeiro, serão matérias a que o SPN estará atento. Assim como aos apoios e complementos educativos, ao ensino particular e cooperativo – e o problema das reformas destes professores – e à educação física e desporto escolar.

Mas a grande prioridade continua a de há alguns anos – a conclusão da definição do estatuto da carreira docente, que o ministério afirmou querer concluído em janeiro de 1987. Nova luta estará para breve com a revisão dos estatutos de carreira existentes no ensino superior.

A introdução de correções no decreto aprovado sobre o reajustamento da letra, em particular no acesso à 6ª fase dos professores mais antigos, a forma de contagem do tempo de serviço, o acesso à 5ª fase dos professores de educação musical, de trabalhos manuais e do 12º grupo, são exemplos de outros aspetos que marcarão o ano letivo. No que toca à formação, o SPN acompanhará com especial cuidado a abertura e o funcionamento dos primeiros cursos de formação inicial para o ensino primário e educadores de infância, assim como a formação dos professores em exercício, segundo o atual modelo. Relativamente aos professores sem habilitação própria, o Sindicato entende que, oito anos após a consagração deste direito, está na hora de exigir a regulamentação do completamento das habilitações. Propõe-se, ainda, continuar a luta por incentivos à fixação de professores em regiões desfavorecidas e apoios aos que estão colocados longe das suas residências. A gestão democrática é outra área importante, quanto mais não seja, pelas declarações de um secretário de Estado que afirmou que é um processo “moribundo”. A revisão salarial será, logicamente, mais uma das preocupações sindicais, a par da revisão da legislação sobre a negociação na função pública e das reivindicações prioritárias dos vários setores.

1987/88. Ano novo, reivindicações antigas. O estatuto da carreira docente continua por definir, apesar do reconhecimento que mereceu na LBSE; a estabilidade de emprego

torna-se cada vez mais preocupante, com um número considerável de professores em permanente incerteza; o alargamento da gestão democrática ao 1ºCEB e educação de infância continua por fazer; a resolução das questões relacionadas com a formação profissional e continua continua uma mera intenção e os incentivos aos professores em zonas desfavorecidas meras miragens.

Pela sua justeza e pela sua necessidade, estas são matérias que continuarão a merecer do Sindicato a maior atenção. Tal como a exigência de mais verbas para a educação, de forma a fazer face ao elevado índice de insucesso escolar, a estabilidade no emprego (criação dos quadros de vinculação dos professores do 1ºCEB e educadores de infância) ou a dignificação da função docente, através de um processo de revisão salarial que dignifique a classe.

Retomando a linha definida em ano anterior, e reconhecendo-se em muito do que foi assumido pela LBSE, o SPN continuará a dar especial atenção à sua implementação, não deixando que se desvirtue uma lei aprovada por larga maioria parlamentar. Entende, igualmente, que a definição do estatuto da carreira docente não pode esperar mais e que, com novo ministro, urge encerrar definitivamente o processo, dada a sua importância fundamental para a defesa dos direitos e a alteração qualitativa das condições de vida e trabalho dos docentes.

Definidas estas prioridades, urge também dar respostas a outras matérias que se arrastam, como a formação nas várias vertentes, o completamento das habilitações, a gestão democrática, a estabilidade de emprego ou a revisão salarial.

Internamente, porque se nota um decréscimo no envolvimento dos professores na atividade sindical, o SPN propõe-se adotar uma estratégia que faça aproximar cada vez mais a ação da direção ao conjunto dos professores, o que passa pela defesa dos seus interesses e direitos e pela sua mobilização para a ação, constituindo-se a organização, a informação e a formação como prioridades: organização a partir do conhecimento da realidade; informação através da produção de materiais apelativos e direcionados; formação em duas vertentes, profissional e sindical, com particular atenção aos cursos para delegados sindicais. E assim chegarmos ao II Congresso dos Professores do Norte, em maio, com um SPN possante, vivo e com futuro.

1988/89. Afinal, 1988 ainda não foi o ano do estatuto da carreira docente, mas a luta dos professores fará com que '89 o seja. É tempo de dizer basta e afirmar a nossa vontade. Por isso, este será um ano de intensa luta, agora que sentimos o nosso objetivo cada vez mais perto.

É contra uma carreira de níveis e por uma carreira única, que valorize e estimule a profissão docente, e contra a seletividade em nome de uma pretensa meritocracia que temos de lutar! Esta será a preocupação central, mas há outras exigências, como o desenho de uma reforma do

sistema educativo progressiva e democrática, agora que a Comissão de Reforma apresentou as suas propostas (outra vertente essencial na ação do SPN), um salário digno ou incentivos aos professores tal como estão consagrados para outras profissões.

Resolvida que está a questão dos quadros de vinculação, outro mal atormenta principalmente os novos professores – a figura do professor contratado. É contra esta figura que teremos também de lutar. Não há que escamotear; está mais do que provado que tudo o que os professores conseguiram aconteceu quando estiveram unidos na luta. Ao nível da estrutura, o Sindicato dará continuidade ao envolvimento dos professores na atividade sindical, com particular destaque para a afirmação do delegado sindical como primeiro rosto do sindicato nas escolas. E porque quer ser uma organização com uma estrutura forte, ativa e participada, realizará, precisamente com este mote, uma Conferência de Organização.

1989/90. Ganha a batalha da equiparação da carreira docente com as carreiras técnica e técnica superior da função pública, concentremo-nos no articulado do estatuto. A prova está dada, unidos e decididos temos força para defender o que pretendemos. Os níveis já lá vão, mas há ainda muito por limar (carreira demasiado longa, dois escalões de diferença entre bacharéis e licenciados, tentativa de acabar com a equiparação conseguida, reserva do topo só para os que passarem a prova de candidatura e couberem no *numerus clausus*) e greves por decretar, se necessário for – e, a avaliar por estes sinais, sê-lo-á certamente! E a par desta, outra luta se advinha, a da revisão das carreiras do ensino superior, iniciada no ano transato e que promete desenvolvimentos.

No meio desta azáfama, teremos, ainda, de cuidar do acompanhamento da implementação da LBSE e estar atentos ao que o governo faz da proposta global apresentada pela CRSE. A área da formação, uma vez que está para sair o ordenamento jurídico da formação dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, será igualmente uma frente que merecerá atenção redobrada. E porque no ano anterior não foi possível, o SPN vai cumprir a recomendação do II Congresso e realizar a Conferência de Organização.

Finalmente... O primeiro ano letivo da década de 90 assumir-se-á como um ano de defesa da escola pública, com o lançamento de uma campanha de sensibilização da população para a sua importância. E a certeza de que, onde houver problemas de professores, o SPN lá estará, discutindo, analisando, preparando e mobilizando a classe em defesa da profissão e de uma educação melhor para o país.



Lei de Bases e Estatuto marcaram anos 80

A existência de uma lei-quadro do sistema educativo e a definição de um estatuto profissional foram, desde sempre, duas exigências dos professores e marcaram definitivamente a produção legislativa dos anos 80. A sua importância e o decisivo contributo da Fenprof para a construção de ambos os documentos justificam um destaque neste percurso histórico.

LBSE: à terceira foi de vez

É comumente aceite entre os investigadores que o século XX viveu dois momentos em que a estruturação do sistema de ensino esteve para se fazer: as reformas de João Camoesas (1923) e de Veiga Simão (1973).

A primeira assentava em 24 bases, construindo um todo coerente que se prolongava do ensino infantil ao universitário, o que só por si era uma novidade; criava as faculdades de ciências da educação, onde seriam formados os professores de todos os níveis de ensino; reconhecia a importância das trocas culturais entre a instituição escolar e o meio envolvente, estimulando a relação escola-família, e dava atenção especial aos interesses socioprofissionais das comunidades. Nesta perspetiva, além da instrução infantil, primária, secundária e superior, contemplava a formação técnica elementar, complementar e superior, dando-lhe, aliás, grande relevo.

O Estatuto da Educação Pública – assim se chamava a proposta – resultou de um inquérito ao professorado e da colaboração de técnicos de educação. A queda do governo, e a chegada do partido nacionalista ao poder, fez com que a proposta não passasse disso mesmo e hoje seja apenas um documento interessante. Nem discussão mereceu na Câmara dos Deputados. Segundo Salvado Sampaio, “a reforma de Camoesas ultrapassava a estrutura política em que se inseria, pelo que não tinha condições para perdurar”, pois “a I República padecia de limitações resultantes de se não ter procedido a alterações sociais significativas”. E a situação agravou-se com o “movimento de 28 de Maio, de que resultou a abolição [...] das próprias liberdades formais, transformando-se num processo contrário a inovações progressistas no sector de ensino”. O segundo momento é a reforma de Veiga Simão, próxima da queda do regime fascista. O ministro, que ainda conseguiu a aprovação na assembleia nacional, pretendia que

esta fosse uma reforma global e articulada da educação nacional e do sistema educativo. Desdobrava-se em cinco capítulos: princípios fundamentais, estruturação do sistema educativo, formação dos agentes educativos, orientação escolar e disposições finais.

Segundo Sampaio, esta lei acabou por ter alguma importância pelo “debate surgido com a apresentação da proposta [que] foi aproveitado pelas forças democráticas para exprimir a sua posição, sendo de assinalar que as forças mais conservadoras do regime combateram, em globo, as posições de Veiga Simão”.

“Na filosofia de Veiga Simão coexistiam equívocos, designadamente quanto ao conceito de democratização do sistema de ensino”, considera Salvado Sampaio: “a democratização não se atinge com a sua expansão a todos os sectores sociais”; a lei está impregnada de um espírito de “enunicação de uma meritocracia assente nos dons dos indivíduos”, esquecendo as discriminações sociais; e, finalmente, “não era viável num sistema antidemocrático por natureza propiciar um sistema escolar democrático”.

Contributo decisivo da Fenprof

Vistos estes dois momentos, centremo-nos no contributo sindical para a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).

Primeiro, importa dizer que, com a revolução democrática e a aprovação da nova constituição, havia uma necessidade imperiosa de adequar a estruturação do sistema de educativo à nova realidade. Em segundo lugar, considerar que houve várias tentativas para o fazer, designadamente uma proposta do governo da AD (1980), que, a ser aprovada, segundo o SPGL, “constituiria um dos mais graves retrocessos na política educacional do país”, pelo que

continha de “aspectos que se afastavam [...] dos princípios constitucionais” que deveria respeitar. Desse processo ficou o pontapé de saída.

Até 1986, altura em que os partidos as reformularam, foram sendo apresentadas várias propostas de lei, umas não aprovadas, outras retiradas. Por seu lado, a Fenprof ia fazendo o ‘trabalho de casa’. Partindo do documento de análise e crítica do SPGL (1981), considerado “um referencial obrigatório”, a Federação preocupou-se, desde a sua fundação, em discutir com os professores as propostas a apresentar. De tal forma que em maio de 1986, durante o seu II Congresso, antecedendo a discussão e aprovação da LBSE, aprova uma resolução em que formaliza uma proposta de lei com 170 itens – que viria a ser amplamente debatida, a par dos projetos de lei apresentados pelos partidos com assento parlamentar.

Na senda democrática expressa na constituição, entendia a Fenprof que a lei de bases deveria definir as finalidades, objetivos e princípios que deviam enformar o sistema educativo, definir a sua estrutura, as condições de acesso de um setor para o outro, definir as formas participadas e democráticas de gestão e de administração do sistema escolar, bem como as condições e apoios à frequência da escolaridade, e proceder à articulação do sistema de ensino com outros meios educativos, nomeadamente no que respeita à educação não formal e à utilização educativa dos *media*.

No essencial, pretendia-se garantir a oportunidade de acesso e sucesso escolar, a participação democrática dos interessados no processo educativo, estabelecer uma estrutura escolar que integrasse a educação pré-escolar, o ensino obrigatório de 9 anos, o ensino secundário até 3 anos e um ensino superior institucionalizado, com autonomia e largamente diversificado. Eram, igualmente, exigidos lugares e condições para a educação e ensino especial, educação artística, física e desportiva, ensino de português e cultura portuguesa no estrangeiro e medidas efetivas que permitissem uma segunda oportunidade de alfabetização, ensino noturno para trabalhadores-estudantes, universidade aberta para adultos... Isto num quadro de regionalização do sistema educativo. Também não deveriam ser esquecidas questões como a formação e a carreira profissional.

Balanço claramente positivo

A Fenprof defende que a elaboração da lei de bases deve assentar num vasto e aprofundado conhecimento da realidade educativa do país e, simultaneamente, numa visão prospetiva, já que as soluções a adotar se refletiriam decisivamente nos próximos decénios. Defende, igualmente, que a sua aprovação deve merecer um amplo consenso social e político, recusando critérios partidários estreitos que impeçam ou dificultem a participação dos interessados

no debate público sobre a matéria e que possibilitem uma aprovação conjuntural da lei.

Por outro lado, a Federação recusa a visão regulamentarista da lei, que em princípio não deve ter qualquer lei da AR, mas adverte que também não pode ser um diploma de tal forma genérico que deixe para o governo, através de diplomas parcelares, espaço para a decisão arbitrária. Isto é, o conteúdo da lei de bases deve ser suficientemente explícito, de forma a evitar interpretações díspares e regulamentações contraditórias.

É com estas bases e princípios metodológicos que a Fenprof parte para a discussão dos cinco projetos apresentados pelos partidos (PSD, PS, PRD, PCP e MDP/CDE), que foram todos aprovados na generalidade, baixando à comissão de educação – que, por sua vez, encarregou uma subcomissão de elaborar um texto definitivo a partir dos projetos e das centenas de pareceres remetidos à AR. O texto foi finalizado com sucesso, ao fim de 30 reuniões e 175 horas de trabalho. Contabilidade feita por Salvado Sampaio, para quem o contributo da Fenprof foi decisivo uma vez que “as suas posições reflectem a intervenção dos elementos mais activos e numerosos do debate público travado, o que facultou a elaboração de uma proposta merecedora de exame”.

Apesar das divergências em aspetos parcelares, o balanço do processo de construção da LBSE feito pela Fenprof é claramente positivo. António Teodoro, à data secretário-geral da Federação, escreve no prefácio da obra de Sampaio: “com essa aprovação, a AR deu corpo a uma sentida aspiração de professores e outros técnicos de educação – de que a Fenprof foi o mais activo e persistente porta-voz –, que há muito insistiam na necessidade de uma Lei de Bases que impulsionasse e desse coerência às tão necessárias e inadiáveis reformas do sistema do ensino português”. A proposta final foi aprovada por larga maioria de deputados, com a abstenção do MDP/CDE e os votos contra do CDS – único partido que não apresentou qualquer proposta.

SPN - INFORMAÇÃO

COMISSÃO INSTALADORA

1.º NÚMERO - 1.ª série

NOVEMBRO DE 1982

EDITORIAL

Os dias 17 e 18 aproximam-se! A Comissão Instaladora dando cumprimento à promessa aprovada em 15 de Outubro, na Escola Secundária Rodrigues de Freitas, convocou os professores, dentro do prazo legal, para a Assembleia Constituinte que dará corpo ao SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE.

Mas as diligências efectuadas não são suficientes para que o Sindicato seja uma realidade. É preciso que todos os professores vão votar.

Ir às urnas, nos próximos dias 17 e 18 de Novembro é estar consciente da dignidade profissional dos professores e da sua situação económica, é corporizar os anseios de todos aqueles que dentro e fora da Escola têm manifestado a certeza de que a solução dos problemas da classe passa pela criação de uma estrutura sindical democrática, reivindicativa e verdadeiramente representativa.

Por isso votar é repudiar a actual situação dos professores e do ensino e apostar na melhoria das suas condições de vida e de trabalho e do ensino em Portugal.

Comparece; sê uma força, mobiliza todos os professores da tua Escola para a votação nos dias 17 e 18 de Novembro.



VOTA DIAS 17 E 18 LOCAIS DE VOTO

Dia 17 de Novembro de 1982, das 9 às 19 horas - mesas 1 a 49
Dia 18 de Novembro de 1982, das 9 às 19 horas - mesas 50 a 98

DISTRITO DE BRAGA				
N.º de mesa	CONCELHO	ESCOLA		
1-50	BARCELOS	Secundária	24-73	Faculdade de Engenharia
2-51	BRAGA	Sec. D. Maria II	25-74	Prop. Gomes Teixeira
3-52	PAPE	Secundária	26-75	Sec. Infante D. Henrique
4-53	GUIMARÃES	Escola de Vaiga	27-76	Instituto Sup. de Engenharia
5-54	FAMALICÃO	Secundária n.º 1	28-77	Magistério Primária
			29-78	Sec. Oliveira Martins
			30-79	Prop. Para Vaz de Caminha
			31-80	Prop. Ramalho Ortigão
			32-81	Sede da Comissão Instaladora
				- R. António Carneiro, 71
				Sup. de Belas-Artes (ESBAP)
				Preparatória
				Preparatória
				Preparatória
				Preparatória de Emersende
				Preparatória
				Secundária n.º 1
				Secundária de Valadares
				Secundária dos Carvalhos
				Preparatória
DISTRITO DE BRAGANÇA				
6-55	TORRE DE MONCORVO	Secundária de Moncorvo	33-82	
7-56	BRAGANÇA	Sec. Emília Garcia (ex-Rosa)	34-83	POVOA DE VARSIM
8-57	MOGADOURO	Secundária	35-84	SANTO TIROSO
9-58	VILA FLOR	Preparatória	36-85	S. JOÃO DA MADEIRA
			37-86	VALONGO
			38-87	VILA DA FEIRA
			39-88	VILA NOVA DE BAIJA
			40-89	
			41-90	
			42-91	VILA DO CONDE
DISTRITO DO PORTO				
10-59	AMARANTE	Secundária		
11-60	ARCOZA	Secundária		
12-61	ESMORIZ	Preparatória		
13-62	ESPINHO	Preparatória		
14-63				
15-64	FELGUEIRAS	Sec. Manuel Laranjeira	43-92	CHAVES
16-65	GONDOMAR	Preparatória	44-93	PESO DA RÉGUA
17-66	MAIA	Secundária	45-94	VILA REAL
18-67	MATOSINHOS	Preparatória		
19-68	OLIV. DE AZEITEIS	Secundária n.º 2		
20-69	OVAR	Sec. de Oliv. de Azeméis		
21-70	PENAFIEL	Preparatória		
22-71	PORTO	Secundária		
23-72		Sec. do Cerco do Porto		
		Sec. Clara de Rosendo		
DISTRITO DE VILA REAL				
DISTRITO DE VIANA DO CASTELO				
			46-95	PONTE DA BANCA
			47-96	PONTE DE LIMA
			48-97	VIANA DO CASTELO
			49-98	MONÇÃO

SUMÁRIO

- Dia 15 - Data histórica para os professores do Norte pág. 2
- Novo Ano Escolar - Como começou? Como vai ser? pág. 2
- Depoimentos
- Alguns problemas da profissionalização em exercício pág. 3
- A equiparação dos professores de Trabalhos Manuais é do 12.º grupo pág. 3
- Os Conselhos Directivos e o início do ano escolar pág. 3
- Proposta de estatutos do SPN (Síntese) pág. 4
- Com o SPN - Em 82/83 trabalhar e lutar pela PRN pág. 4

CONDIÇÕES PARA PODERES VOTAR

1. Todos os professores podem votar.
2. Cada professor tem direito a um voto.
3. Cada professor terá de identificar-se com um documento que contenha fotografia e comprovar a sua condição de professor.

O QUE VAI SER VOTADO

1. Constituição do Sindicato dos Professores do Norte
2. Estatutos do Sindicato
3. Comissão Directiva.

A conquista do ECD

Foi em dezembro de 1989 que o governo deu por terminadas as negociações sobre a carreira docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (ECD), dez anos após ter publicado os estatutos referentes ao ensino superior e politécnico. Para trás ficou um vasto rol de greves (13, só nos dois anos anteriores), inúmeras manifestações, concentrações, vigílias, plenários, encontros, debates e abaixo-assinados.

O desejo de um estatuto sempre foi uma pretensão da classe. Basta ver a representação do Congresso de 1892, uma espécie de resolução, para logo aí encontrarmos a referência à necessidade de “um documento enquadrador da carreira da profissão que ponha fim às arbitrariedades e malfeitorias do Governo”. São conhecidas, também, exigências nesse sentido expressas em representações de sucessivos congressos da educação e ensino realizadas na 1ª República e a luta pelas questões relacionadas com o estatuto da carreira encetada, no início dos anos 70, pelos grupos de estudo, que lhe dedicaram o primeiro número da revista Professor (cujo diretor era o nosso saudoso camarada Costa Carvalho).

Mas se quisermos marcar o início das negociações com o governo, temos de reportar a junho de 1984, quando, em reunião com o ME, foi apresentado o sumário dos assuntos que deviam constar do estatuto e que seriam a base de trabalho de uma proposta a apresentar. Era ministro José Augusto Seabra e a ‘versão I’ do Estatuto da Carreira Docente Não Superior viu a luz do dia em 28 de janeiro de 1985, na véspera de três dias de greves distritais.

A Fenprof aceitou que essa proposta pudesse servir de base de trabalho, mas avisava: “é imperioso que as negociações nesta matéria avancem com presteza, sem artifícios que procurem dilatar no tempo e atirar para as calendas gregas a sua aplicação”. Enquanto isso, apresentava uma contraproposta, fruto da imensa reflexão que promovera junto da classe.

Recorde-se que logo no congresso constituinte (abril de 1983), a Fenprof reconhece que esta é uma “questão central da luta dos professores”, uma matéria “complexa que requer um amplo e profundo debate sobre qual tem sido e é o papel dos professores na sociedade portuguesa, qual a sua identidade coletiva e, simultaneamente, quais as linhas mestras que deverão presidir ao enquadramento institucional da profissão, partindo da realidade presente e apontando para o seu desenvolvimento coerente”, pelo que exige a garantia de que a sua negociação “seja precedida e acompanhada de um debate alargado e em tempo conveniente”.

Logo ali, os congressistas balizam alguns princípios, nomeadamente a exigência de uma carreira única (com duplo

desenvolvimento em período transitório a estabelecer), de uma formação de nível superior, de estabilidade e valorização profissionais e de uma efetiva gestão democrática das escolas.

Ideias para analisar nas escolas, com os professores, e em diversos fóruns, como um encontro sobre carreiras realizado no Porto (organização conjunta SPN/SPRC), em que, além daquelas propostas, se defendia a existência de uma grelha salarial própria ou a criação de incentivos à fixação em zonas desfavorecidas, o desenvolvimento da gestão democrática como elemento fundamental de um plano para a rápida profissionalização e complemento de habilitação dos professores e a implementação faseada das soluções que viessem a ser consignadas, nomeadamente as que exigissem maiores investimentos em meios humanos, técnicos e financeiros.

Deus Pinheiro sucede a Seabra

Eram estas as ideias centrais que a Fenprof colocava para a negociação. Já não com Seabra, mas com João de Deus Pinheiro, que entretanto lhe sucedera e parece ter entrado mal, anunciando que “se aguarda a publicação do novo Estatuto da Carreira Docente”. Coisa estranha e disparatada, pois os sindicatos já haviam dito que sem negociações não haveria estatuto... Com a agravante de que nem sequer se sabia se o que aguardava publicação era a versão de Seabra ou outra qualquer que Deus Pinheiro tivesse na manga.

Pelos vistos, nem uma nem outra. Porque nada foi publicado, nem apresentado, nem discutido... O que conduziu à convocação da greve nacional de 24 de maio, que podemos considerar, verdadeiramente, a primeira pelo estatuto. Algumas já o tinham sido pela exigência de abertura do processo negocial, mas essa foi a primeira após a apresentação de uma proposta ministerial – não contra o seu conteúdo, que poderia muito bem ter sido, mas contra o silêncio do ministério.

Foi preciso esperar um ano, algumas greves e manifestações, para que, em maio, o ministro apresentasse uma nova redação para três capítulos (direitos e deveres; férias, faltas e licenças; regime disciplinar), evitando o essencial para os professores: a dignificação da profissão e a melhoria da atividade docente. Deus Pinheiro vai dizendo que o processo depende da lei de bases, ao que a Fenprof contrapõe que há matérias em que se pode avançar; o ministro insiste que, enquanto elemento enquadrador, é essencial aguardar pela sua aprovação, e só no final do ano se realiza nova reunião, onde volta a assumir a ‘versão I’ de Seabra, aproveitando a Fenprof para apresentar

uma nova versão do seu projeto, fixada a partir do debate promovido ao longo desse ano nas escolas e que versava: *i)* o que não mereceu reparo dos professores; *ii)* alterações à versão inicial; *iii)* pontos quentes a necessitarem de discussão mais demorada.

A LBSE é aprovada, mas de andamento do processo, nada. Foi preciso esperar pelas eleições de 1987 e por Roberto Carneiro para haver novos desenvolvimentos desta saga.

Entra Roberto Carneiro e...

O novo ministro assume a importância da definição da carreira docente, abandona definitivamente a 'versão I', compromete-se a acelerar os trabalhos de elaboração de um novo texto e, em março de 1988, os sindicatos recebem o projeto de Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Não Superior, dando início, enfim, a um processo negocial que foi "seguramente o mais difícil e complexo da história do movimento sindical docente".

Sobre o documento apresentado, o SPN considerou-o "pobre, incompleto e decepcionante", muito distante das aspirações e expectativas dos professores. Em primeiro lugar, a inexistência de um estatuto remuneratório digno; em segundo, a definição de condições de progressão na carreira, estruturadas em torno de um modelo de avaliação do trabalho docente que partia do "princípio que os professores eram naturalmente maus profissionais e que teriam que demonstrar que o não eram"; depois, o ME recusava a carreira única e propunha a existência de níveis, com alteração do conteúdo funcional. A única nota positiva ia para a intencionalidade do ministro em encetar um processo negocial, o que nunca acontecera com os antecessores – razão que levou a Fenprof a apresentar a nova versão e, embora a um ritmo intermitente, as negociações foram avançando.

Fruto da pressão contínua dos professores, foram possíveis manifestos avanços: a carreira única, acabando com os níveis; a avaliação sofreu evoluções positivas; a consagração da formação contínua como fator de valorização profissional. Contudo, havia um estatuto remuneratório digno para conquistar.

Estava-se em 1988 e a Fenprof lança uma campanha que obteve assinalável êxito junto da opinião pública – *Somos Professores. Damos Rosto ao Futuro* – e, por certo, ajudou a enquadrar a luta necessária. Luta que marcou decisiva e definitivamente aquele período: só nesse ano, a renitência do ME em assumir as propostas dos professores dá origem a duas greves em outubro (18 e 28), a segunda com uma grande manifestação nacional; nova greve e nova manifestação em novembro (dia 18) e três dias de greves distritais, em dezembro.

Para além destas e outras formas de luta, das inúmeras manifestações, concentrações, plenários, e de milhares de reuniões nas escolas, entre 1985 e 1989, a Fenprof reuniu

com o Presidente da República, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, os grupos parlamentares, governadores civis e altos dignitários da igreja católica; recolheu 50 mil assinaturas num só abaixo-assinado, realizou conferências nacionais do ensino primário e dos ensinos preparatório e secundário, promoveu encontros, debates, colóquios e fóruns, aproveitando todos os momentos para mostrar a sua unidade e força, como aconteceu no desfile do II Congresso dos Professores do Norte, realizado em Braga.

... novo ciclo de greves

Em março de 1989, novamente um impasse (com o ME a dizer que a culpa não era dele), uma vez que, por decisão do governo, as propostas remuneratórias dos professores passaram a depender do enquadramento do regime retributivo da função pública. Propostas que tardavam em ser conhecidas, o que veio a acontecer no início de maio e indignou a classe docente, ao constatar-se a diferença significativa dos valores previstos para os professores em relação aos restantes trabalhadores, acabando com a equiparação à carreira técnica e técnica superior da função pública.

Não havia que hesitar, nem os professores compreenderiam que fosse de outra maneira: novo ciclo de luta, desta vez com duas greves em maio (um dia e três dias) e uma em junho (dois dias), num total de seis dias. E a luta prometia endurecer ainda mais, com a marcação da greve às avaliações e exames do 3º período, que acabaria por ser desmarcada face ao recuo do governo. Foi a determinação mostrada neste processo de luta que levou o governo, em vésperas de eleições para o parlamento europeu, a assumir o seu erro e a reconhecer o direito dos docentes a vencimentos iguais, na base e no topo, aos das carreiras técnica e técnica superior.

Mas quando se pensava que a questão estava arrumada, o ME apresenta (setembro) a proposta de faseamento, que colocava os professores nitidamente em desfavor face aos técnicos da função pública, tentando "ganhar na secretaria o que perdeu no terreno". Novamente, não havia que hesitar: nova greve de dois dias (outubro) e novo recuo do governo.

Esta paralisação serviu, também, para dar alento e exercer pressão sobre a negociação do estatuto, que mantinha elementos perturbadores: candidatura ao 7º escalão, progressão sujeita a contingente, carreira demasiado longa, fosso incompreensível de seis anos entre bacharéis e licenciados, contagem integral do tempo de serviço... Havia que fazer recuar o ME nas suas intenções e ganhar posição negocial, pelo que nova greve foi marcada para 29 e 30 de novembro – em que, apesar do nível elevado de adesão (75%) se assistiu a uma quebra.

O fim de um capítulo

Em dezembro, o governo deu por terminado o processo de negociação sobre a carreira docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, deixando para regulamentação posterior muitas matérias que seriam objeto de negociação e conquista nos anos 90.

Todos sabemos da relevância que o ECD teve para a profissão docente, enquanto elemento dignificador, e o forte abalo e retrocesso de que foi objeto em anos recentes. Importa, portanto, perceber se esta ideia era perceptível aquando do encerramento do processo negocial. Citando o «SPN/Informação» de janeiro de 1990, considerávamos que, apesar dos “aspectos positivos que a luta dos pro-

fessores tinha conseguido introduzir nas sucessivas versões do ME”, não estavam reunidas as condições para a assinatura do acordo global, reconhecendo, no entanto, que “os professores devem estar orgulhosos da sua acção, pois se o Estatuto não é o que desejamos, também não é aquele que o ME e o Governo nos quiseram impor. É à luz desta dialéctica que se tem de analisar as nossas vitórias e as nossas derrotas”.

Referências bibliográficas

Salvado Sampaio. «Posição dos Partidos Parlamentares perante a Lei»

Jornal da Fenprof. Vários da época

SPN/Informação. Vários da época



As primeiras funcionárias do SPN

VIRGÍNIA BORGES Decorria 1982, quando, numa tarde de dezembro, tive um encontro com os professores Mário David Soares e Teresa Maia Mendes. Para minha surpresa, esse encontro era para me fazerem um convite para trabalhar no SPN, que tinha acabado de ser criado. Tinha já uma sede, na Rua Antônio Carneiro, mas não tinha qualquer funcionário. Tive, assim, a honra de ser a primeira pessoa a ser convidada, uma vez que a grande maioria dos sócios me conhecia pelo meu trabalho no Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN).

A proposta agradou-me, não pelo salário, pois os recursos eram parquíssimos, mas por me identificar com as pessoas que estavam a assumir a gigantesca tarefa de criar outro sindicato. O SPZN estava a definhir e eu via os sócios descontentes e contestando a sua política. Aceitei a proposta, mas era obrigada a dar um pré-aviso de despedimento de dois meses, uma vez que já trabalhava desde 1974 no SPZN. Entretanto, a minha vinda para o novo sindicato tinha de ser mantida em segredo, o que aconteceu até 1 de março de 1983, quando iniciei funções.

Ora, como era urgente o SPN ter um funcionário, e tendo uma amiga, a Alice, que se encontrava desempregada, perguntei-lhe se estaria interessada em aceitar. Indiquei-a à professora Teresa e ao professor Mário, dei-lhes as melhores referências, eles acreditaram em mim, conversaram com a Alice, gostaram dela e, assim, ela foi a primeira funcionária do SPN (janeiro de 1983).

Quando eu entrei (março), inúmeros professores que me conheciam vieram inscrever-se no novo sindicato, dessindicalizando-se do SPZN, sendo salutar ver o SPN crescer de dia para dia com o trabalho árduo dos dirigentes fundadores, com a colaboração do nosso grande e saudoso professor Costa Carvalho – foi com ele que, desde 1974, aprendi o que era trabalhar num sindicato de professores. Desde então, não conheci outra profissão – atender os professores no dia a dia, ouvindo os seus queixumes relacionados com as agruras da docência – e tenho tido o privilégio de conhecer professores de todas as idades, com histórias de vida que me foram enriquecendo ao longo de quase 40 anos de serviço.

Entretanto, a vida continua e o SPN continua um baluarte na defesa intransigente dos interesses dos professores.

ALICE MELO Dou por mim a pensar que o SPN já faz 30 anos e que eu faço parte da sua história.

Decorria 1982, um grupo de professores decidiu reunir-se para formar um sindicato que defendesse os seus interesses, o que se tornou num desafio para todos os que se empenharam na sua formação e crescimento. Dessa reunião saiu uma comissão instaladora que, em janeiro de 1983, começa a funcionar num edifício em Antônio Carneiro (primeira sede). É nesta altura que eu entro para esta estrutura sindical, da qual ainda faço parte e de que me orgulho.

Recordo todas as dificuldades, obstáculos e riscos que fui encontrando na sua difícil construção, mas superados com coragem, ousadia e empenho de todos. Nessa altura, os recursos financeiros eram poucos – para não dizer quase inexistentes – e, por isso, era preciso muito “jogo de cintura”. Então, todos contribuíamos com o que podíamos: papel, canetas, agrafadores, cola e outros materiais; tudo era necessário para erguer a estrutura sindical.

No sindicato havia uma única máquina de escrever, que a professora Teresa Maia Mendes trouxe, onde eu ‘batia’ os officios. Lembro-me de escrever os nomes dos sócios numa folha A4, fotocopiá-los na papelaria Estrela, recortá-los um a um e colá-los nos envelopes, para então os enviarmos aos sócios. Como não tínhamos outros meios para fazer chegar ao conhecimento dos órgãos de comunicação social as ações do sindicato, as cartas eram levadas em mão, e lá ia eu, muitas vezes, fazer as entregas com a professora Júlia Mesquita, no seu Fiat 127.

Tantas, mas tantas coisas a dizer desta estrutura sindical que, corajosamente, durante estes 30 anos, acreditou e continua a acreditar nas lutas que travou e continua a travar, por melhores condições de trabalho, pela dignificação dos professores, por melhor qualidade de ensino, pela cultura. Sindicato dos Professores do Norte – designação que não foi efémera! Sigla que continua a dizer “estamos aqui, como sempre estivemos, em todos os momentos, nos bons e nos maus”.

Há tanto para dizer... Fica para próxima oportunidade!

SPN30

Sindicato dos Professores do Norte